

Etnomusicologia participativa: alguns pontos sobre conceitos e possibilidades

Júlia Zanlorenzi Tygel & Lenita W. M. Nogueira
UNICAMP
jutygel@yahoo.com

Sumário:

A etnomusicologia participativa pressupõe a construção conjunta de conhecimentos e de ações envolvendo “pesquisadores” e “pesquisados”. O debate sobre a área tem se fortalecido no Brasil, que abriga contextos propícios ao surgimento de projetos dessa natureza. Entretanto, embora possuam o perfil de projetos integrados de pesquisa e extensão universitária, tais pesquisas ainda não são amplamente legitimadas pela academia. Neste artigo discutimos essas questões, objetivando trazer contribuições para o debate e a expansão da área no país.

Palavras-Chave: Pesquisa participativa. Extensão universitária. Etnomusicologia.

“... há de se ter em conta que o reconhecimento – pelos outros – começa com o auto-reconhecimento.”
(Roberto Cardoso de Oliveira, 2006: 41)

Este artigo reúne e discute algumas definições e questões sobre a *etnomusicologia participativa* – também chamada *aplicada, política e pública* –, focando o desenvolvimento da área em determinados contextos brasileiros. O recorte é parte de pesquisa de mestrado realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Música da UNICAMP.

A *etnomusicologia participativa* pode ser definida como a área da etnomusicologia que utiliza metodologias participativas em projetos de pesquisa e ação. Suas origens remetem aos trabalhos de *folclore aplicado* desenvolvidos nos EUA a partir da década de 1960 (Davis, 1992), e seu pressuposto é que exista uma relação ética e igualitária entre o “pesquisador” e os “pesquisados” no processo de pesquisa (Davis, 1992; Titon, 1992; Sheehy, 1992; Marques, 2005; Cambria, 2004; Araújo, 2006; Lühning in Tugny, 2006).

Nettl (2005) afirma que uma atitude humanística e simpática aos grupos pesquisados, embora não faça parte das definições da etnomusicologia, é comum à maioria dos pesquisadores do campo, o que os leva, frequentemente, a tomar iniciativas políticas em defesa desses grupos. Merriam (1964) e Seeger (1987), em trabalhos que constituem marcos da teoria etnomusicológica, afirmam que, se por um lado, os etnomusicólogos se beneficiam dos trabalhos a respeito das comunidades que estudam, por outro, tais comunidades deveriam receber atenção e apoio do etnomusicólogo no tocante às suas necessidades e interesses. Feld (1992) destacou ainda a importância em evidenciar, no trabalho final, a opinião dos pesquisados sobre o próprio estudo – prática que chamou de *edição dialógica*.

A *etnomusicologia participativa* vem propondo alternativas para que essas trocas sejam estabelecidas, especialmente no que se refere às metodologias de pesquisa. Segundo Thiollent (1986), a escolha dos processos metodológicos já posiciona o pesquisador em favor de algum grupo e de determinadas idéias. Os processos metodológicos desse campo em muito se assemelham às *metodologias participativas* propostas por vários autores, baseados nas idéias de Paulo Freire (1975): Thiollent (1986), Brandão (1990), Andaloussi (2004), Morin (2004), entre outros. Sumariamente, elas pressupõem o trabalho conjunto entre os integrantes da pesquisa em todas as suas fases, e a inexistência de hierarquia entre “pesquisador” e “pesquisados”. Os objetivos e os resultados de pesquisas dessa natureza diferenciam-se ou extrapolam aqueles normalmente buscados em estudos acadêmicos.

Na etnomusicologia, pesquisas participativas podem gerar CDs, festivais de música, apresentações musicais, arquivos sonoros, publicações para diversos públicos, entre outros “produtos” (Davis, 1992). Ainda segundo a autora, nem sempre os incentivadores de tais trabalhos estão vinculados a instituições acadêmicas:

podem integrar ONGs, trabalhar em museus ou órgãos do governo, ou ainda viver de projetos com financiamento. Davis (1992) também aponta que os trabalhos em *etnomusicologia participativa* são, em geral, extra-acadêmicos e, por isso, têm recebido menor atenção e crédito em relação aos trabalhos desenvolvidos em universidades ou institutos de pesquisa.

A legitimação científica de *pesquisas participativas* depende de uma ampliação do conceito de cientificidade, uma vez que, nelas, os “pesquisados” se tornam também “pesquisadores”, muitas vezes sem qualificação acadêmica formalizada. Essa ampliação vem sendo defendida por diversos autores, especialmente a partir dos anos 1980, sob o argumento de que a comunidade científica ocidental é que tem definido o que é ou não científico, tendo prezado, ao longo da história, para que os conhecimentos que não se adequem aos seus moldes não ameacem sua soberania em legitimidade (Carvalho, 1999; Santos, 1996, entre outros). Conforme esses autores, o não-reconhecimento, pela ciência, de outros saberes, estaria, dessa forma, profundamente vinculado à estratificação social, pois se assemelha e justifica uma situação em que apenas uma elite mantém o controle sobre o sistema – no Brasil, bem como em outros países, tal elite intelectual em grande medida está equilibrada a uma elite financeira. Conforme Santos, “(...) as hierarquias têm estado sempre ligadas às tecnologias, nomeadamente às tecnologias do saber (...)” (2001:109). Andaloussi complementa: “A fronteira entre o científico e político é ínfima” (2004:80).

Carvalho (1999) aponta que, no sentido de serem considerados legítimos, os olhares etnográficos dos países periféricos se ocidentalizaram, colocando o posicionamento europeu como ponto de fuga a partir do qual as culturas deveriam ser observadas. O autor vincula esse processo a um projeto neo-colonial de ocidentalização do mundo. Nettl (2005) reconhece, entretanto, que na etnomusicologia vem crescendo o reconhecimento de que não existe apenas uma, mas várias *etnomusicologias*, oriundas de visões de mundo de culturas distintas.

O Brasil, segundo Araújo (2006), abriga contextos que propiciam o desenvolvimento de *pesquisas participativas* em etnomusicologia, pois os “pesquisadores” estão, em grande número, fisicamente próximos aos “pesquisados”; e entre ambos existe, frequentemente, uma grande diferença social. Se, por um lado, a proximidade permite que os “pesquisadores” se envolvam profundamente com os “pesquisados” e suas realidades – muitas vezes numa relação cotidiana, prolongada e afetiva – o maior *poder social* (Carvalho, 1999) atribuído aos “pesquisadores” é, não raro, solicitado a ser usado na promoção de melhorias nessa realidade. Nessas situações, uma pesquisa participativa em etnomusicologia pode ser (e tem sido, em alguns casos) um ponto de convergência entre os objetivos de ambos os lados. Entretanto, temos visto que nem sempre – ousamos até dizer: raramente – pesquisas dessa natureza têm recebido legitimação científica nas instituições acadêmicas do país¹.

Além do já mencionado debate sobre a questão da legitimidade científica, parece haver pouca ênfase, na formação de jovens pesquisadores, sobre a possibilidade de se realizarem pesquisas etnomusicológicas *participativas* como estudos acadêmicos. O assunto é raramente abordado, por exemplo, em disciplinas sobre técnicas de pesquisa. Além disso, a bibliografia da área ainda é escassa, dispersa (Nettl, 2005; Cambria, 2004) e, frequentemente, encontra-se disponível somente em línguas estrangeiras.

A falta de legitimidade científica obriga os acadêmicos dedicados às *pesquisas participativas* a realizá-las em regime extra-curricular, sem apoio institucional e, não raro, com seus próprios recursos². Por outro lado, pesquisas dessa natureza também têm sido realizadas com financiamento de ONGs³ e do governo, tanto em ações institucionais, como, por exemplo, as de registro de bens imateriais pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional (IPHAN)⁴, quanto aquelas subsidiadas por empresas privadas

¹ Um feliz exemplo nesse sentido, de que temos notícia, é o projeto de pesquisa e extensão *Música, Memória e Sociabilidade na Maré*, desenvolvido em parceria entre a UFRJ e o Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM).

² Podemos citar, como exemplo, as ações do Laboratório de Etnomusicologia, Antropologia e Áudio (Cachoeira/BA).

³ Como, por exemplo, o Arquivo Musical Timbira, subsidiado pela ONG Centro de Trabalho Indigenista (os recursos são oriundos do governo federal e de instituições estrangeiras);

⁴ A exemplo do inventário dos bens imateriais de Cachoeira/Bahia, que consistiu na primeira pesquisa participativa realizada para o IPHAN;

dentro dos parâmetros da *Lei Rouanet*⁵. Se, por um lado, a abertura da academia para pesquisas com esse caráter proporcionaria maior reconhecimento e visibilidade às comunidades estudadas e seus pesquisadores “nativos”, por outro, tais estudos certamente enriqueceriam a visão da própria comunidade acadêmica sobre os universos investigados. Lühning adverte, entretanto, que “(...) este processo não será nada fácil, porque ele mexe com toda estrutura acadêmica e científica” (in Tugny, 2006: 52).

Felizmente, o debate acadêmico sobre a *etnomusicologia participativa* tem se fortalecido no Brasil, tornando-se tema cada vez mais presente em congressos e publicações. Em nossa pesquisa, temos reunido informações a respeito de dois projetos⁶, no sentido de localizar e refletir sobre suas práticas, que poderão trazer contribuições para a implantação e implementação de outras iniciativas. Ambos ocorrem em contextos nos quais a continuidade dos repertórios musicais tradicionais encontra-se em risco de ser enfraquecida, em função do crescente interesse dos jovens por outros repertórios, fundamentalmente os de consumo em massa. Sumariamente, podemos apontar que, nesses projetos, muitas atividades se voltam para a construção de um arquivo musical participativo: o oferecimento de cursos de introdução à pesquisa na comunidade estudada, visando a formação de jovens pesquisadores, e de cursos técnicos para habilitar esses jovens a manipular aparelhos de gravação e programas de edição de som e imagem; a discussão, com esse grupo, sobre a importância dos repertórios tradicionais na construção das identidades culturais de suas comunidades; a produção de materiais que divulguem os resultados das pesquisas, em co-autoria entre os envolvidos. Temos visto que essas práticas têm estimulado o reinteresse desses jovens pelas tradições musicais de suas comunidades, e a preocupação com sua continuidade.

Nettl (2005:163) aponta o fato de que os arquivos têm, na atualidade, desempenhado um importante papel na *etnomusicologia aplicada*, fornecendo material e idéias para a produção de textos e material institucional para escolas, dando base para festivais étnicos, contribuindo para a reconstrução de culturas, com o uso do acervo audiovisual para refazer performances já não mais praticadas. Nos casos estudados, e em outros sobre os quais temos conhecimento⁷ a construção participativa de arquivos musicais atua em um nível anterior ao da reconstrução apontada por Nettl: eles têm contribuído para que as performances não cheguem ao ponto de não serem mais praticadas, possibilitando inclusive que a produção de textos e materiais institucionais seja realizada em parceria com os “autores”⁸ dessas práticas⁹. Como aponta Matos,

“É interessante notar que a escrita, bem como o toca-fitas, elementos integrantes do aparato de dominação cultural, tenham sido justamente o meio disponível para resistir a essa dominação, desenvolvendo um trabalho cujo sentido foi assumidamente o de revitalizar a tradição cultural nativa, preservando da degradação e do esquecimento um patrimônio cultural ameaçado pelas pressões culturais heterógenas no contato com o mundo dos brancos.” (Matos in Tugny, 2005:179)

À escrita e ao toca-fitas, podemos acrescentar a própria prática de pesquisa, originária na sociedade ocidental, e usada, nos arquivos participativos, como instrumento de fortalecimento das comunidades tradicionais. A legitimação científica de pesquisas dessa natureza, por meio de seu desenvolvimento em parceria com universidades, poderia tanto intensificar esse processo, como evidenciar, como já apontamos, o olhar dos produtores dos repertórios estudados sobre suas manifestações musicais.

A pesquisa e a extensão universitárias, segundo Thiollent (2002), não devem ser entendidas como práticas separadas, dividindo a fase de produção do conhecimento da fase de sua difusão. Seguindo esse

⁵ Por exemplo, o projeto Acervo Memória Caiçara, atualmente patrocinado pelo Programa Petrobras Música, e o Projeto Arquivo Musical Timbira, selecionado pelo mesmo programa em 2004.

⁶ O Acervo Musical Timbira, desenvolvido pela ONG Centro de Trabalho Indigenista, em parceria com os índios Timbira do Tocantins e Maranhão; e as atividades do Laboratório de Etnomusicologia, Antropologia e Áudio (LEAA), nas cidades Cachoeira e São Félix, Bahia.

⁷ Por exemplo, os já citados Arquivo Musical Timbira, as ações do LEAA (vide nota de rodapé 6) e o Projeto Acervo Memória Caiçara (Ubatuba/SP).

⁸ Não nos cabe, nesse artigo, uma discussão sobre autoria coletiva – que ainda é um assunto amplamente debatido. No caso, basta-nos a noção de que os pesquisadores jovens dos projetos mencionados são, no mínimo, herdeiros das tradições de suas culturas.

⁹ O que, no caso do LEAA, tem já acontecido.

raciocínio, o autor afirma que a metodologia da extensão universitária deve ter um caráter participativo na realização de ambas as fases citadas. Nesse sentido, as *pesquisas participativas* consistiriam um perfil desejável de projetos de extensão universitária.

Considerações finais

Na etnomusicologia, pesquisas participativas têm englobado a construção de arquivos musicais nas comunidades estudadas, em parceria entre pesquisadores “nativos” iniciados à prática de pesquisa, e pesquisadores “externos”, que coordenam o ensino dessas práticas. Nesses projetos, os resultados têm sido, por um lado, o retorno do interesse dos pesquisadores “nativos” jovens pelas tradições das quais são herdeiros; e, por outro, a produção de um material que expressa a visão que eles próprios têm sobre essas tradições. A realização de projetos dessa natureza por instituições de pesquisa científica traria contribuições tanto no sentido de legitimar o trabalho dos pesquisadores que se dedicam a esses projetos em expediente extra-acadêmico, como, para a academia, acrescentaria outras visões sobre as manifestações estudadas, além daquelas dos pesquisadores dessas instituições, via de regra baseadas na perspectiva européia.

Esperamos que o crescente debate sobre a *etnomusicologia participativa* no Brasil – no qual pretendemos ter voz ativa – possa consolidar, legitimar e contribuir cada vez mais para a expansão da área no país, que oferece grande potencial para abrigar projetos dessa natureza, especialmente no elo entre os âmbitos acadêmicos da pesquisa e da extensão.

Referências Bibliográficas

- ANDALOUSSI, Kalil El (2004). *Pesquisas ações: ciências, desenvolvimento, democracia*. São Carlos: EdUFSCar.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.) (1990). *Pesquisa Participante*. São Paulo: Brasiliense.
- CAMBRIA, Vincenzo (2004). “Etnomusicologia aplicada e ‘pesquisa ação participativa’. Reflexões teóricas iniciais para uma experiência de pesquisa comunitária o Rio de Janeiro”. In *Anais do V Congresso Latinoamericano da Associação Internacional para o Estudo da Música Popular*. Disponível em: <www.unirio.br/mpb/iaspmla2004/Anais2004/VincenzoCambria.pdf> Acessado em: 03/2005.
- CARVALHO, José Jorge de (1999). “O olhar etnográfico e a voz subalterna”. In *UNB - Série Antropologia* n° 261. Disponível em: <<http://www.unb/ics/dan/Serie261empdf.pdf>> Acessado em: 03/2005.
- DAVIS, Martha E (1992). “Carreers, ‘Alternative Careers’ and the Unity Between Theory and Practice in Ethnomusicology”. In *Ethnomusicology* vol. 36 n°3, p. 361-367. Disponível em: <<http://www.jstor.org/search/>> Acessado em: 03/2005.
- FELD, Steve (1992). *Sound and Sentiment: Birds, Weeping, Poetics, and Song in Kaluli Expression*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2nd. Ed.
- FREIRE, Paulo (1975). *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3^a ed.
- MERRIAM, Alan P (1964). *The Anthropology of Music*. Evanston: Northwestern University Press.
- MORIN, André (2004). *Pesquisa-ação integral e sistêmica: uma antropopedagogia renovada*. Rio de Janeiro: DP&A
- NETTL, Bruno (2005). *The study of ethnomusicology: thirty-one issues and concepts*. Champaign: University of Illinois Press, 2nd ed.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de (2006). *Caminhos da identidade*. São Paulo: Ed. Unesp.
- SANTOS, Boaventura de Souza (1996). *Pela Mão de Alice: o social e o político na Pós-Modernidade*. São Paulo: Cortez.

- SEEGER, Anthony (1987). *Why Suyá Sing: a musical anthropology of an Amazonian people*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SHEEHY, Daniel (1992). "A Few Notions about Philosophy and Strategy in Applied Ethnomusicology". In *Ethnomusicology* vol. 36 n° 3, p.323-336. Disponível em: <<http://www.jstor.org/search/>> Acessado em: 03/2005.
- THIOLLENT, Michel (1986). *Metodologia da Pesquisa-Ação*. São Paulo: Cortez.
- THIOLLENT, Michel (2002). "Construção do conhecimento e metodologia da Extensão". In *Anais do I Congresso Brasileiro de Extensão Universitária*. Disponível em: <<http://www.prac.ufpb.br/anais/anais/conferencias/construcao.pdf>> Acessado em: 03/2005.
- TITON, Jeff Todd (1992). "Music the Public Interest, and the Practice of Ethnomusicology". In: *Ethnomusicology* vol. 36 n° 3, p.315-322. Disponível em: <<http://www.jstor.org/search/>> Acessado em: 03/2005.
- TUGNY, Angela P. & QUEIROZ, Ruben C. (orgs.) (2006). *Músicas africanas e indígenas no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Outras fontes

Entrevista com o Prof. Dr. Samuel Araújo (UFRJ), realizada em 2006.

Marques, Francisca. "Educação Comunitária e Patrimonial: desafios e perspectivas para uma etnomusicologia aplicada". Palestra apresentada no V Fórum Social Mundial. Porto Alegre/RS, 2005.